

Teatro

6, 7, 8 de junho 2014

Integrado no Alkantara Festival

# Le Capital

O Capital de Karl Marx

Encenação de Sylvain Creuzevault

FUNDAÇÃO CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

***Culturgest***



Com Vincent Arot, Benoit Carré, Antoine Cegarra, Pierre Devérines, Lionel Dray, Arthur Igual, Clémence Jeanguillaume, Léo-Antoinin Lutinier, Frédéric Noaille, Amandine Pudlo, Sylvain Sounier, Julien Villa, Noémie Zurletti Luz Vyara Stefanova e Nathalie Perrier **Cenografia** Julia Kravtsova **Figurinos** Pauline Kieffer e Camille Pénager **Máscaras** Loïc Nébréda **Direção de cena e som** Michael Schaller **Produção e difusão** Élodie Régibier **Produção** Le Singe **Coprodução** Nouveau Théâtre d'Angers - Centro Dramático Nacional Pays de la Loire, La Colline - Teatro Nacional, Festival de Outono em Paris, Comédie de Valence - Centro Dramático Nacional Drôme Ardèche, La Criée - Teatro Nacional de Marselha, Le Parvis - scène nationale Tarbes Pyrénées, Printemps des comédiens, MC2: Grenoble, La Filature - scène nationale de Mulhouse, L'Archipel - scène nationale de Perpignan, Teatro Nacional de Bruxelas, Le Cratère - scène nationale d'Alès, Scènes croisées de Lozère, GREC 2014 Festival de Barcelona, TnBA - Teatro Nacional de Bordéus na Aquitânia, Kunstenfestivaldesarts, NXTSTP (com o apoio do Programa Cultural da União Europeia) **Participação** Théâtre Garonne e Teatro Nacional de Toulouse **Apoio** Direção-Geral da Criação Artística do Ministério da Cultura e da Comunicação, Institut Français no âmbito do programa TransARTE, do Institut français du Portugal e da Embaixada de França em Portugal

**Sex 6, sáb 7, dom 8 de junho**

**21h30 · Palco do Grande Auditório · Duração aprox. 2h30 · M12**

**Em francês com legendas em português**

## Le Capital

A nossa peça, *Le Capital*, a que em França chamamos desde há pouco *Le Capital et son Singe* [*O Capital e o seu Macaco*], tem por objeto de representação os progressos da alienação social obtidos pelo modo de produção capitalista, a sua sociedade mercantil. Sim, é uma comédia. O seu ponto de partida está no cruzamento da revolução política do fim do século XVIII e da grande revolução industrial do séc. XIX. A vida e a obra de Karl Marx são um agulhão no palheiro, *O Capital* uma pedra angular.

Mas também usámos as obras do jovem Marx, aquele que, a partir de 1843 nas cartas a Ruge, exhibe uma cólera terrível contra as condições de existência dos povos do seu tempo; aquele que faz da vergonha uma forma da cólera, que é em si própria, a vergonha, uma revolução; aquele que é forçado ao exílio, às passagens de um Estado a outro, passagem por França, Bélgica, pela Inglaterra onde se fixará depois do novo encerramento da experiência revolucionária europeia em 1848, e onde trabalhará na preparação e redação do *Capital* durante vinte anos.

Esta noite, estamos a 13 de maio de 1848 em Paris, rua Transnonain, no Clube dos Amigos do Povo, clube revolucionário aberto por François-Vincent Raspail depois da Revolução de Fevereiro. As personagens regressam da primeira manifestação organizada depois da reunião de 4 de maio da nova Assembleia Constituinte francesa - eleita por sufrágio universal direto

masculino no 23 de abril anterior.

É a primeira vez na história das formas sociais que 9 milhões de homens são chamados a um escrutínio de lista. Até aí em França, as eleições do corpo legislativo eram censitárias, com um limiar de imposto que condiciona o direito de voto e a elegibilidade dos cidadãos. Depois da revolução de fevereiro, o governo provisório decreta portanto o sufrágio universal direto masculino e organiza as eleições de uma constituinte de modo a que a Nação francesa confirme a passagem da Monarquia de Julho à segunda República, e possa dotar-se de uma constituição.

Desde fevereiro, e o derrube da Monarquia de Julho de Luís-Filipe, o povo de Paris zela para que não lhe seja confiscado o grande movimento social no decurso do qual a questão do trabalho, e da sua organização, surgiu na esfera política. A guerra civil irá estalar em Junho nas ruas de Paris.

A nossa peça situa-se na brecha entre fevereiro e junho. Também se situa entre dois conceitos de Marx: as lutas de classes e o carácter fetiche da Mercadoria. Marx pensava que uma linha divisória atravessava a sociedade e separava os indivíduos em corpos segundo interesses próprios. Hoje em dia, esta linha divisória continua efetivamente a atravessar a sociedade, mas fá-lo passando por cada corpo, por cada indivíduo. Neste clube revolucionário parisiense, as vontades de desvendar os segredos do modo de produção capitalista e as de combater as suas consequências elevam a dificuldade da ação prática ao nível da farsa. Como abrir

uma via dialética onde pensar e agir não se atropelam?

O meio do século XIX é o momento em que estalam as lutas de classes no seio das sociedades burguesas europeias. Marx escreveu este rasgão, analisou-o, por vezes até o cozeu em demasia. Mas é também o nascimento histórico da Mercadoria como fetiche subjetivo e social. Entre os levantamentos políticos e sociais dos Povos europeus e a entronização da Mercadoria na primeira exposição universal de Londres em 1851, podemos contemplar o rosto de criança da nossa sociedade mercantil atual.

\*NT: Em francês, *meule* significa mó e palheiro.



**Sylvain Creuzevault** encenou os espetáculos *Les Mains bleues* de Larry Tremblay (2003), *Cara de Fogo* de Marius von Mayenburg (2005), *Foetus* (criação coletiva, coencenação de Damien Mongin, 2006), *Baal* de Bert Brecht (2006), *Le Père tralalère* (criação coletiva, 2007) e *Notre terreur* (2009, criação coletiva; na Culturgest em 2010).

### **Karl Marx**

Karl Marx nasce em Tréveris, na Renânia, a 5 de maio de 1818. O seu pai descende de uma família de rabinos, mas converteu-se ao protestantismo em 1816, de modo a não ser obrigado a renunciar à sua carreira de jurista. Marx chega à universidade de Bona, centro intelectual da Renânia, em 1835. Assiste a aulas de direito mas também de literatura e frequenta um clube de jovens poetas. Em 1836, deixa Bona por Berlim e defende a sua tese de doutoramento em filosofia em Jena, *Diferença da Filosofia da Natureza em Demócrito e Epicuro*, e prepara-se em 1841 para ensinar filosofia. Mas é impedido pelo aumento das medidas repressivas do governo prussiano.

Instala-se em Colónia, coração económico da Renânia, e colabora na *Gazeta Renana*. Torna-se o seu redator-chefe. Ali publica numerosos artigos, sendo os mais conhecidos os que versam sobre os roubos de madeira e sobre a censura. Redige um artigo intitulado “Notas sobre a nova instrução prussiana relativa à censura”, no qual denuncia vigorosamente o imposto imobiliário do regime feudal e monárquico absoluto.

Em 1848, a *Gazeta Renana* é interdita. Marx casa com Jenny von Westphalen, uma amiga de infância, filha de aristocratas. É expulso da Alemanha e fica em Paris. Redige uma *Crítica do Direito Político Hegeliano*.

Em 1844 são publicados dois textos, *A Questão Judaica* e a *Contribuição para a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. Em fim de agosto, Friedrich Engels,

que tinha até aí assinado alguns artigos na *Gazeta Renana*, vem visitar Marx a Paris. Dois meses mais tarde, terminaram a redação de *A Sagrada Família*, obra polémica “a quatro mãos”, dirigida contra os “jovens hegelianos” irmãos Bauer. É o princípio de uma colaboração que durará quarenta anos.

A pedido de Humboldt, embaixador da Prússia, Marx é expulso de França em 1845. Vai então para Bruxelas, onde escreve, com Engels, *A Ideologia Alemã*, obra na qual são lançadas as bases do “materialismo histórico”.

Em 1847 escreve *Miséria da Filosofia*, em resposta à obra que Proudhon tinha publicado no ano anterior, sob o título *Contradições Económicas, ou Filosofia da Miséria*.

Em 1848, é publicado o *Manifesto do Partido Comunista* que Marx e Engels tinham redigido desde o final do ano de 1847, a fim de responder ao pedido de uma sociedade operária internacional: a Liga dos Comunistas. Marx regressa à Alemanha e funda a *Nova Gazeta Renana*, que desaparecerá a partir de maio de 1849, depois de esmagado o levantamento das províncias renanas.

Em 1849, Marx refugia-se primeiro em Paris, de onde é novamente expulso, depois em Londres, onde, a partir daí, residirá quase constantemente, com grandes dificuldades materiais. Termina as *Lutas de Classes em França*, série de artigos consagrados à revolução de junho de 1848 e ao seu esmagamento pelas tropas do general Cavaignac.

A partir de 1852, Marx redige sete artigos consagrados ao golpe de estado de 2 de dezembro de 1851 e às condições

que tinham favorecido a chegada ao poder do futuro Napoleão III, reunidos sob o título *O 18 de Brumário de Louis Bonaparte*. Seguem-se anos negros para a sua família, num despojamento extremo, e marcados pela morte da sua filha Franziska.

Entre 1850 e 1855, Karl e Jenny Marx perderam três outros dos sete filhos que tinham tido até então.

Marx escreve os primeiros esboços do *Capital* em 1858: “Trabalho como um louco, todas as noites, para fazer a síntese dos meus estudos económicos, de modo a poder esclarecer ao menos as grandes linhas antes do dilúvio” e compõe em 1859 a *Contribuição para a Crítica da Economia Política*. Confia a Engels: “Não acredito que se tenha escrito sobre o dinheiro e falhado a este ponto!” O livro I do *Capital* é publicado em 1867 por Meissner, em Hamburgo. Depois da morte de Marx, é Friedrich Engels que publicará os livros II e III da obra: o livro II em 1885, o livro III em 1894.

Em julho de 1863, por ocasião de um comício organizado em Londres a favor da Polónia, encontram-se operários franceses e ingleses. A 28 de setembro de 1864, fundam a Associação Internacional dos Trabalhadores.

Marx tem um papel influente nas suas atividades e escreve uma comunicação inaugural e estatutos provisórios que serão definitivamente aprovados em 1871.

A *Guerra Civil em França* sai em 1871. Marx exalta a obra dos *communards* parisienses e tenta dar conta das causas da sua derrota. A partir de 1872, o seu

estado de saúde agrava-se. Em 1881 Jenny morre de cancro e Marx vai para a Argélia. Depois de várias recaídas, morre durante o sono, a 14 de março de 1883.

### **Louis-Auguste Blanqui**

Nasceu em 1805. É filho de um deputado de origem italiana da Convenção que votou a morte de Luís XVI. Depois de estudos de direito e medicina, lança-se muito cedo na política, defendendo um republicanismo revolucionário.

Adere à Carbonária (sociedade secreta de origem italiana contrária à restauração da monarquia) e afirma-se depois de 1830 como um dos chefes da oposição republicana, depois do movimento socialista. A sua vida não é mais do que uma sucessão de conspirações e prisões. Auguste Blanqui participa ao lado dos insurretos nas jornadas de julho de 1830, depois consagra-se inteiramente à organização dos republicanos. Adere à Sociedade dos Amigos do Povo, é influenciado por Philippe Buonarroti e orienta-se para o socialismo.

Em 1832 é um dos acusados do “processo dos quinze” e, em 1836, do “caso das pólvoras”. O falhanço da insurreição que tenta em 1839, com a Sociedade das Estações, vale-lhe a prisão no Monte Saint-Michel. Agraciado em 1844, retoma a atividade militante. Quando da revolução de 1848, já é um teórico influente de uma das correntes socialistas (mais tarde batizada “os utopistas”), cedo designada com o nome “blanquismo”. Começa a escrever uma *História da Revolução* (1847). Animador

dos clubes, está entres os inspiradores e dirigentes das manifestações operárias de fevereiro a maio de 1848.

Preso depois da jornada do 15 de maio de apoio à Polónia, condenado a 10 anos de detenção, é encerrado na Belle-Île, depois na Córsega e em África. Do seu cárcere de Belle-Île, Blanqui escreve em junho de 1852: “Eles proscvem os termos ‘proletários’ e ‘burgueses’. Estes têm um sentido claro e nítido; dizem categoricamente as coisas. É isso que desagrada. São rechaçados como provocadores da guerra civil. Esta razão não vos chega para abrir-vos os olhos? O que é que temos sido obrigados a fazer há tanto tempo senão a guerra civil?”

Amnistiado em 1859, é a partir de 1860 que exerce a maior influência nos meios revolucionários, onde é chamado “O Encerrado” ou “O Mártir”. Preso de novo em 1861, evade-se em 1865 e tem de se refugiar na Bélgica. Continua a sua propaganda a partir do exílio, até à amnistia geral de 1869. Regressado a Paris durante a guerra de 1870, funda, depois da revolução de 4 de setembro, o jornal *A Pátria em Perigo*, no qual defende o esforço de guerra do governo.

A 31 de Outubro, tenta sem sucesso um golpe de mão contra o Hôtel de Ville (Palácio da Câmara Municipal). Preso e encarcerado por ordem de Adolphe Thiers na véspera do 18 de março de 1871 (quando começa a Comuna de Paris), é considerado por uma maioria dos *communards* como seu cabecilha. Condenado à deportação, mas encarcerado por razões de saúde, é libertado em 1879. Termina a vida dirigindo um jornal, *Sem Deus nem Chefe*. Morre de

uma crise de apoplexia a 1 de janeiro de 1881. As suas exéquias serão seguidas por cem mil pessoas. Os seus ensaios foram reunidos depois da sua morte sob o título *A Crítica Social*.

### **François-Vincent Raspail**

Nasceu em Carpentras em 1794. Vai para Paris em 1816, para fazer estudos jurídicos. Aceite no colégio Stanislas, é expulso por ter ousado escrever panfletos republicanos.

Em 1821 edita a obra incendiária *Os Missionários em Oposição aos Bons Costumes*, que faz escândalo e causa um protesto coletivo. Adere à Carbonária. Será por várias vezes encarcerado durante a Monarquia de Julho enquanto Carbonário.

Em 1830, o ardente republicano que é Raspail junta-se ao povo parisiense nos Três gloriosos, os dias 29, 30 e 31 de Julho que veem a queda do Rei Carlos X. Fica seriamente ferido numa barricada. Mal se restabelece, funda um jornal de oposição republicana, *O Reformador*, e presidirá à Sociedade dos Amigos do Povo. Em 1832, esta sociedade é dissolvida pelo novo poder que o faz condenar a quinze meses de prisão e quinhentos francos de multa por “ofensa ao Rei”.

Raspail instala-se como médico em 1832 e acede à notoriedade pela publicação de dois trabalhos, *Ensaio de Química Microscópica* (1831) e *Novo Sistema de Química Orgânica* (1833). Preocupam-no também as questões sociais, e interessa-se pela vida nas prisões que cita como o seu “segundo domicílio”. Preocupa-se igualmente

com a vida no trabalho e nas manufaturas onde se morre muito antes da idade. Deve-se-lhe uma obra intitulada *Do Bom Uso da Prisão* (1834).

Em 1848 é um dos primeiros a proclamar a República a 22 de fevereiro. No fim de 1848 Raspail funda um novo jornal, *O Amigo do Povo*. Será candidato socialista à presidência, mas não é eleito. É preso e condenado em 1849 a seis anos de prisão por causa da sua participação nos acontecimentos de maio do ano anterior. Mas a sua pena é comutada em desterro, e exila-se então na Bélgica durante dez anos. Depois da amnistia, torna-se deputado em 1869 até 1878. Raspail fustiga e condena a repressão sangrenta da Comuna de Paris assim como a reação que se lhe seguiu. Estas tomadas de posição valem-lhe ainda mais dissabores judiciais. Morre a 7 de janeiro de 1878 em Arcueil.

### **Armand Barbès**

Político francês, nasceu em Ponte-à-Pitre, em Guadalupe, em 1809 e morreu em Haia em 1870.

Vindo para Paris em 1831, adere à Sociedade dos Direitos do Homem, torna-se um dos chefes da oposição republicana e participa com Blanqui em várias conspirações contra Luís-Filipe. Está à cabeça da insurreição do 12 de maio de 1839 com Blanqui e Martin-Bernard e é condenado à morte. Mas, por intervenção de Victor Hugo e Lamartine, a sua pena é comutada em prisão perpétua. É enviado para o Monte Saint-Michel com três outros condenados, entre os quais Martin-Bernard, que deixará um relato detalhado da sua esta-

dia. Blanqui e cinco outros insurretos juntam-se-lhes em 1840.

Os detidos lutam desde a sua chegada contra os rigores do isolamento celular, falam entre si pelas janelas, condutas de chaminé e através das paredes e contactam os habitantes do Monte. Conseguem abrir as portas dos seus quartos para se reunir, mas são descobertos e sancionados com encarceramento nos “camarotes” do Monte.

Na noite de 10 para 11 de fevereiro de 1842, Barbès, Blanqui e alguns outros tentam evadir-se, com tempo de nevoeiro e a ajuda de uma corda de lençóis atados. Barbès é o primeiro a descer mas fere-se ao cair e faz fracassar a tentativa. Todos são novamente encerrados nos “camarotes”, onde Barbès contrai tísica.

É libertado pela revolução de 1848. Presidente do clube da Revolução, torna-se rapidamente popular, mas zanga-se com Blanqui. Eleito deputado por Aude, senta-se à extrema-esquerda e tenta, a 15 de maio de 1848, constituir um governo insurrecional no Hôtel de Ville. De novo condenado a prisão perpétua, é encarcerado em 1849 em Belle-Île. Agraciado por Napoleão III em 1854, prefere à França do segundo Império um longo exílio na Holanda, onde morrerá.

### **Alexandre Martin (Operário Albert)**

Nasceu em 1815. Operário mecânico-modelador, participa na revolução de 1830. É muito ligado a Louis Blanc, com quem partilha as mesmas convicções socialistas, e é graças a este que integra o governo provisório de 1848.

É o instigador com Blanqui e Barbès das jornadas de revolta do 15 de maio.

Quando, a 24 de fevereiro, a vitória coube ao povo, e se organizou no Palais-Bourbon e no Hôtel de Ville um governo provisório, nele entrou o operário Albert. Os inimigos da república nascente procuraram negá-lo e contestaram a Albert a sua qualidade de operário. Ele respondeu com a seguinte nota:

*Albert (Alexandre Martin), nascido em Bury (Oise), em 1815, de pai cultivador, começou como aprendiz em casa de um dos seus tios, o cidadão Ribou, mecânico, rua Basse-des-Ursins, 21. Depois, percorreu sucessivamente várias oficinas [...]. Por fim, na própria véspera do dia que viu triunfar a República, o cidadão Albert trabalhava como mecânico na fábrica de botões do cidadão Bapterosse, rua de la Muette, 16, onde se encontram ainda hoje a sua bata e as suas calças de trabalho.*

Há longos anos que o seu tempo se dividia entre os trabalhos na oficina e os conciliábulos republicanos. A sua influência era imensa nos grandes centros da indústria, em Paris, Lyon, Rouen.

[...] Foi aos operários que se ficou principalmente a dever a eleição de Albert para a representação nacional. Depois do voto de 8 de maio, demitiu-se das suas funções de vice-presidente da Comissão do Luxemburgo.

A 15 de maio previu as desgraças que podiam resultar da grande

manifestação a favor da Polónia. Viu as falhas que cometiam por inflexão o Presidente da Assembleia e a Comissão Executiva. Recebeu os delegados dos clubes e mostrou inutilmente o exemplo da conduta mais sensata a seguir. Na altura não se compreendeu que um regulamento é apenas para as circunstâncias comuns, e que naquele dia podia dormir para retomar todo o seu vigor no dia seguinte. A sala foi invadida. *Da Biografia Parlamentar dos Representantes do Povo na Assembleia Nacional Constituinte de 1848, redigida por uma sociedade de publicistas e homens de letras, 1848*

### **Louis Blanc**

Jornalista, é conquistado para o socialismo, de que se torna um dos pensadores, a partir de 1939, com a sua obra sobre *A Organização do Trabalho*, na qual expõe as ideias que retomará em 1848 com a noção de direito ao trabalho (“a cada um segundo as suas necessidades; de cada um segundo as suas capacidades”). Ali faz uma crítica muito violenta da concorrência, “sistema de extermínio”, e denuncia a burguesia, “causa, agindo sem cessar, de empobrecimento e de ruína”.

O carácter original do pensamento económico de Louis Blanc reside na ideia de que o Estado constitui um dos instrumentos necessários da reforma social. É a isto que deve o ter deixado um nome na história do socialismo tanto quanto à sua obra, na qual preconiza a constituição, em cada um dos principais ramos da atividade econó-

mica, de uma associação operária de produção, a oficina social.

Em 1839 funda a *Revista do Progresso Político, Social e Literário*, depois o *Jornal do Povo*, depois, com Pierre Leroux e George Sand, publica a *Revista Independente* (1841-1848). A sua *História de Dez Anos* (1841-1844) contribui para o sucesso da oposição contra a Monarquia de Julho. Deve-se-lhe, para além disso, uma *História da Revolução Francesa*, escrita de 1847 a 1862.

Em fevereiro de 1848 é membro do governo provisório, imposto pelos operários e pela redação do jornal *A Reforma* aos republicanos parlamentares. Preside à Comissão do Governo dos Trabalhadores (ou Comissão do Luxemburgo), mas o seu projeto de

criar cooperativas operárias e oficinas sociais, financiadas e enquadradas pelo Estado, é descaracterizado: as oficinas nacionais, criadas pelo governo provisório, organizadas fora dele e contra os socialistas, estarão em breve condenadas ao fracasso.

As jornadas de junho de 1848, nas quais não toma parte, obrigam-no no entanto ao exílio na Grã-Bretanha do qual só regressará em 1870. Eleito deputado por Seine à Assembleia Nacional, senta-se à extrema-esquerda, mas desaprova a Comuna.



## A revolução de 1848

Quando a revolução de fevereiro rebentou, todos nós, no respeitante às nossas representações das condições e do curso dos movimentos revolucionários, nos encontrávamos sob o fascínio da experiência histórica anterior, nomeadamente a da França. E era precisamente desta experiência, que tinha dominado toda a história europeia desde 1789, que de novo partia o sinal para a revolução geral. Era, portanto, óbvio e inevitável que as nossas ideias sobre a natureza e o curso da revolução “social” proclamada em Paris em fevereiro de 1848, a revolução do proletariado, estivessem fortemente tingidas pelas recordações dos modelos de 1789-1830. E, finalmente, quando o levantamento de Paris encontrou o seu eco nas sublevações vitoriosas de Viena, Milão e Berlim; quando toda a Europa até à fronteira russa era arrastada para o movimento; quando em Junho se travou em Paris a primeira grande batalha pela dominação entre o proletariado e a burguesia; quando a própria vitória da sua classe abalou de tal modo a burguesia de todos os países que ela voltou a refugiar-se nos braços da reação monárquico-feudal que acabava de ser derrubada – não podia haver para nós qualquer dúvida, dadas as circunstâncias de então, que a grande luta decisiva havia começado, que tinha de ser travada num único período revolucionário longo e cheio de vicissitudes, mas que só podia terminar com a vitória definitiva do proletariado.

Depois das derrotas de 1849, de modo nenhum partilhámos as ilusões

da democracia vulgar agrupada *in partibus* em torno dos futuros governos provisórios. Aquela contava com uma vitória próxima e de uma vez por todas decisiva do “povo” sobre os “opressores”. Nós, com uma longa luta, depois de eliminados os “opressores”, entre os elementos opostos que se ocultavam precisamente no seio desse mesmo “povo”. A democracia vulgar esperava de hoje para amanhã a renovada eclosão. Nós já no Outono de 1850 declarávamos que, pelo menos, a primeira fase do período revolucionário já estava concluída e que nada havia a esperar até à irrupção de uma nova crise económica mundial. Por essa razão fomos também prescritos como traidores à revolução pelas mesmas pessoas que, depois, quase sem exceção, fizeram as pazes com Bismarck – na medida em que Bismarck achou que valia a pena.

Porém, a história também não nos deu razão e demonstrou que os nossos pontos de vista dessa altura eram uma ilusão. E foi ainda mais além: não só destruiu o nosso erro de então como revolucionou totalmente as condições em que o proletariado tem de lutar. O modo de luta de 1848 está hoje ultrapassado em todos os aspetos. E este é um ponto que merece ser examinado mais de perto nesta oportunidade.

Todas as revoluções até hoje resultaram no desalojamento de uma determinada dominação de classe por outra; todavia, todas as classes que até agora dominaram eram pequenas minorias face à massa popular dominada. Uma minoria dominante era assim derrubada, uma outra minoria empunhava no

seu lugar o leme do Estado e modelava as instituições estatais segundo os seus interesses. Esta última era sempre o grupo minoritário capacitado e vocacionado para a dominação pelo nível do desenvolvimento económico, e precisamente por isso, e só por isso, acontecia que na transformação a maioria dominada ou participava a favor daquele ou aceitava tranquilamente a transformação. Mas, se abstrairmos do conteúdo concreto de cada caso, a forma comum de todas as revoluções era elas serem revoluções de minorias. Mesmo quando a maioria cooperava – ciente ou não – isso acontecia apenas ao serviço de uma minoria. Deste modo porém, ou também pela atitude passiva e sem insistência da maioria, essa minoria alcançava a aparência de ser a representante de todo o povo.

Em regra, depois do primeiro grande êxito a minoria vitoriosa dividia-se. Uma parte estava satisfeita com o alcançado; a outra queria ir ainda mais além, punha novas exigências que, pelo menos em parte, iam também no interesse real ou aparente da grande multidão do povo. Essas exigências mais radicais eram também realizadas em casos isolados. Muitas vezes, porém, só o eram momentaneamente, o partido mais moderado alcançava de novo a supremacia e aquilo que ultimamente fora conseguido voltava de novo a perder-se no todo ou em parte; então, os vencidos declaravam-se traídos ou atiravam para o acaso as culpas da derrota. Na realidade, porém, a coisa o mais das vezes passava-se assim: as conquistas da primeira vitória só eram asseguradas

pela segunda vitória do partido mais radical; uma vez alcançado isto, e com isto o momentaneamente necessário, os radicais e os seus êxitos desapareciam de novo da cena.

Todas as revoluções dos tempos modernos, a começar pela grande revolução inglesa do século XVII, mostraram estes traços que pareciam inseparáveis de toda a luta revolucionária. Pareciam também aplicáveis às lutas do proletariado pela sua emancipação. Tanto mais aplicáveis quanto é certo que precisamente em 1848 se podiam contar as pessoas que apenas em alguma medida entendiam em que direção se devia procurar essa emancipação. Mesmo em Paris, as próprias massas proletárias desconheciam absolutamente qual o caminho a tomar depois da vitória. E, contudo, o movimento existia, instintivo, espontâneo, irreprimível. Não seria esta precisamente a situação em que uma revolução tinha de triunfar, dirigida, na verdade, por uma minoria, mas desta vez não no interesse da minoria, mas no interesse mais verdadeiro da maioria? Se em todos os períodos revolucionários mais longos as grandes massas populares podiam ser conquistadas com facilidade por meras imposturas plausíveis das minorias que empurram para diante, como haviam elas de ser menos acessíveis a ideias que eram o reflexo mais próprio da sua situação económica, que outra coisa não eram senão a expressão clara e racional das suas necessidades, necessidades que elas próprias ainda não entendiam e que apenas começavam a sentir de modo indefinido? Na verdade, esta

disposição revolucionária das massas dera quase sempre lugar, e na maior parte das vezes muito rapidamente, a um cansaço ou mesmo a uma viragem em sentido contrário, logo que a ilusão se esfumava e o desencanto surgia. Aqui, porém, não se tratava de imposturas, mas sim da realização dos interesses mais verdadeiros da própria grande maioria, interesses que, anteriormente, de modo nenhum estavam claros para essa grande maioria, mas que em breve haviam de ficar suficientemente claros para ela no curso da realização prática, por meio de evidência convincente. E se, como se demonstra no terceiro artigo de Marx, na Primavera de 1850, o desenvolvimento da república burguesa, surgida da revolução “social” de 1848, concentrara a dominação efetiva nas mãos da grande burguesia – que além do mais tinha sentimentos monárquicos –, e, em contrapartida, agrupara em torno do proletariado todas as outras classes da sociedade, tanto camponeses como pequenos burgueses, de tal modo que, durante e a seguir à vitória comum, não tinham de ser elas o fator decisivo mas sim o proletariado que aprendera com a experiência – não estariam então dadas todas as perspectivas para a transformação da revolução da minoria na revolução da maioria?

A nós e a todos quantos pensávamos de modo semelhante a história não deu razão. Mostrou claramente que nessa altura o nível do desenvolvimento económico de modo algum estava amadurecido para a eliminação da produção capitalista. Demonstrou isto por meio da revolução económica que

alastrava por todo o continente desde 1848 e fizera a grande indústria ganhar pela primeira vez foros de cidadania em França, na Áustria, na Hungria, na Polónia e ultimamente na Rússia, e, além disso, tornara a Alemanha num país industrial de primeira categoria. E tudo isto sobre fundamentos capitalistas que, em 1848, ainda tinham grande capacidade de expansão. Mas foi precisamente esta revolução industrial que, pela primeira vez, por toda a parte, trouxe luz às relações entre as classes. Foi ela que eliminou uma quantidade de formas intermédias que provi-nham do período manufatureiro e, na Europa Oriental, mesmo do artesanato corporativo, e que criou uma verdadeira burguesia e um verdadeiro proletariado da grande indústria ao mesmo tempo que os fazia passar ao primeiro plano do desenvolvimento social. E é isto que leva a luta destas duas grandes classes que, em 1848, fora da Inglaterra se limitava a Paris e, no máximo, a alguns grandes centros industriais, a estender-se por toda a Europa e a atingir uma intensidade ainda impensável em 1848. Nessa altura, os numerosos e confusos evangelhos das diferentes seitas com as suas panaceias; hoje, uma só teoria universalmente reconhecida, transparentemente clara, a teoria de Marx, que formula com precisão os fins últimos da luta. Nessa altura, as massas separadas e distintas por localidade e nacionalidade, ligadas unicamente pelo sofrimento comum, não desenvolvidas, oscilando perplexas entre o entusiasmo e o desespero; hoje um único grande exército internacional de socialistas,

avançando sem cessar, crescendo dia a dia em número, organização, disciplina, discernimento e certeza na vitória. Mas o facto de que mesmo este poderoso exército do proletariado não tenha ainda alcançado o objetivo, esteja ainda longe de alcançar a vitória com um único e grande golpe, se veja obrigado a progredir lentamente de posição para posição, numa luta dura e tenaz, demonstra de uma vez para sempre como em 1848 era impossível conseguir-se a transformação social por meio de um simples ataque de surpresa.

Uma burguesia dividida em dois sectores dinástico-monárquicos, mas exigindo acima de tudo sossego e segurança para as suas transações financeiras; um proletariado que se lhe opunha e que, embora vencido, a ameaçava e concitava em torno de si um número cada vez maior de pequenos burgueses e de camponeses; a continuação ameaçada de uma explosão violenta que, apesar de tudo, não oferecia qualquer perspectiva de uma solução definitiva – eis, pois, a situação que vinha mesmo a calhar para o golpe de Estado de Louis Bonaparte, o terceiro e pseudodemocrático pretendente. Assim, este, no dia 2 de dezembro de 1851, servindo-se do exército, pôs fim à tensa situação e assegurou à Europa a tranquilidade interna para, em troca, lhe oferecer uma nova era de guerras. O período das revoluções a partir de baixo estava por agora terminado; seguiu-se-lhe um período de revoluções a partir de cima.

[...] Os inúmeros êxitos dos insurretos até 1848 são devidos a causas muito variadas. Em Paris, em julho de 1830 e

fevereiro de 1848, como na maior parte das lutas de rua em Espanha, havia entre os insurretos e a tropa uma milícia civil que ou se punha diretamente do lado da rebelião ou tomava uma atitude tibia e indecisa que levava as tropas a vacilar, e, além disso, fornecia armas à rebelião. Onde esta milícia se colocava logo contra a rebelião, esta estava perdida, como aconteceu em Paris em junho de 1848. Em Berlim, em 1848, o povo venceu devido em parte aos reforços chegados durante a noite e a manhã do dia 19 [de março], em parte ao esgotamento e à deficiente alimentação das tropas e, em parte ainda, em consequência da paralisação do comando. Todavia, em todos os casos onde se conseguiu a vitória foi porque as tropas não obedeceram, porque faltou capacidade de decisão aos comandantes ou porque estes tinham as mãos atadas.

Mesmo no período clássico das lutas de rua, a barricada tinha portanto um efeito mais moral do que material. Era um meio de abalar a firmeza da tropa. Se se aguentava até se conseguir este objetivo, alcançava-se a vitória; se não, era a derrota. É este o aspeto principal que é preciso ter em conta mesmo quando se estuda as possibilidades das lutas de rua que eventualmente venham a ter lugar.

Estas possibilidades eram já em 1849 bastante más. Por toda a parte a burguesia se tinha passado para o lado dos governos. A “cultura e a propriedade” saudavam e obsequiavam os soldados que marchavam contra as insurreições. A barricada tinha perdido o seu encanto; o soldado já não via atrás dela o “povo”, mas sim rebeldes, agitadores,

saqueadores, partilhadores, escória da sociedade; os oficiais, com o correr do tempo, tinham aprendido novas táticas da luta de rua e já não marchavam sempre em frente e a peito descoberto para o improvisado parapeito, mas antes deslocavam-se por entre os jardins, os pátios e as casas. E isto, com alguma perícia, dava resultado em noventa por cento dos casos.

Desde essa altura muitas coisas se têm modificado e tudo a favor da tropa. Se as grandes cidades se tornaram consideravelmente maiores, os exércitos aumentaram ainda mais. Desde 1848, Paris e Berlim aumentaram menos que quatro vezes; as suas guarnições, contudo, cresceram mais do que isso. Devido ao caminho-de-ferro estas guarnições podem mais do que duplicar-se em 24 horas e em 48 horas atingir as proporções de um exército gigantesco. O armamento deste número enormemente reforçado de tropas torna-se incomparavelmente mais eficaz. Em 1848 havia a espingarda de percussão e retrocarga; hoje existe a espingarda de repetição de reduzido calibre que alcança quatro vezes mais longe, é dez vezes mais precisa e dez vezes mais rápida do que aquela. Dantes havia os projéteis esféricos maciços e as balas de artilharia de efeito relativamente fraco; hoje espoletas de percussão das quais uma basta para fazer voar em pedaços a melhor das barricadas. Dantes havia a picareta dos sapadores para deitar abaixo as paredes-mestras; hoje os cartuchos de dinamite.

Do lado dos insurretos, pelo contrário, pioraram todas as condições.

Difícilmente se dará de novo uma insurreição com a qual todas as camadas do povo simpatizem; na luta de classes nunca se agruparão provavelmente em torno do proletariado todas as camadas médias de um modo tão exclusivo que o partido da reação congregado em redor da burguesia quase desapareça comparativamente. O “povo” aparecerá, pois, sempre dividido e, assim, faltará uma poderosa alavanca, que em 1848 tão eficaz se mostrou. Se vierem para o lado dos insurretos mais soldados com o serviço cumprido, mais difícil se tornará ainda o seu armamento. As espingardas de caça e de luxo dos armeiros – mesmo quando não são inutilizadas antes pela polícia ao retirar-lhes uma parte do cão – não podem nem de longe comparar-se mesmo na luta a curta distância à espingarda de repetição dos soldados. Até 1848 era possível fabricar as munições de que se precisasse com pólvora e chumbo; hoje os cartuchos são diferentes de arma para arma. Apenas num ponto são iguais em toda a parte: no facto de serem um produto elaborado da grande indústria que, portanto, já não pode ser fabricado *ex tempore*; por conseguinte, a maior parte das armas é inútil desde que se não disponha das munições adequadas para elas. Finalmente, os bairros das grandes cidades, construídos desde 1848, estão dispostos em ruas compridas, direitas e largas, feitas como para a utilização dos novos canhões e espingardas. O revolucionário teria de ser louco para escolher as novas zonas operárias situadas na parte norte e oriental de Berlim para uma luta de barricadas.



Quer isto dizer que no futuro a luta de rua deixará de ter importância? De modo nenhum. Significa apenas que desde 1848 as condições se tornaram muito mais desfavoráveis para os combatentes civis, muito mais favoráveis para a tropa. Por conseguinte, uma futura luta de rua só poderá triunfar se esta situação desvantajosa for compensada por outros fatores. Portanto, ocorrerá menos no princípio de uma grande revolução do que no decurso da mesma e terá que ser levada a cabo com maiores forças. Estas, porém, hão-de preferir a luta aberta à tática passiva da barricada como aconteceu em toda a grande Revolução Francesa, em 4 de setembro e em 31 de outubro de 1870, em Paris.

Compreende agora o leitor porque é que os poderes dominantes querem pura e simplesmente levar-nos para lá onde a espingarda dispara e o sabre talha? Porque é que hoje nos acusam de cobardia por não quisermos ir sem mais nem menos para a rua onde sabemos de antemão que a derrota nos espera? Porque é que nos suplicam tão insistentemente que sirvamos de carne para canhão?

Esses senhores desperdiçam totalmente em vão as suas súplicas e os seus desafios. Não somos assim tão estúpidos. É como se na próxima guerra exigissem ao seu inimigo que se colocasse em linha como no tempo do velho Fritz ou em colunas de divisões inteiras *à la* Wagram e Waterloo e além disso com a espingarda de pederneira na mão. Mas se as condições da guerra entre nações se modificaram, também para a luta

de classes não se modificaram menos. O tempo dos ataques de surpresa, das revoluções levadas a cabo por pequenas minorias conscientes à frente das massas inconscientes, já passou. Sempre que se trata de uma transformação completa da organização social são as próprias massas que devem estar metidas nela, têm de ter compreendido já o que está em causa, porque é que dão o sangue e a vida. Isto foi o que a história dos últimos cinquenta anos nos ensinou. Mas para que as massas entendam o que há a fazer é necessário um longo e perseverante trabalho; e esse trabalho é precisamente o que agora estamos realizando e com um êxito que leva os nossos adversários ao desespero. [...]

Friedrich Engels  
Londres, 6 de março de 1895

Introdução a Karl Marx, *As Lutas de Classes em França de 1848 a 1850* (1850 para a 1.ª edição). Trad. Álvaro Pina e Fernando Silvestre, Edições Avante, 1997. Disponível em [www.marxists.org/portugues/marx/1850/11/lutas\\_class/introducao.htm](http://www.marxists.org/portugues/marx/1850/11/lutas_class/introducao.htm)



## Textos de Marx

### Carta a Arnold Kluge

Na barcaça, em direção a D.

Viajo presentemente na Holanda.

Como constato segundo a imprensa local e francesa, a Alemanha afunda-se no lodaçal e cada vez se afunda mais. Asseguro-lhe que mesmo sem sentir o mínimo orgulho nacional, experimenta-se no entanto um sentimento de vergonha nacional, mesmo na Holanda. Comparado com o maior dos alemães, o mais insignificante holandês é ainda um cidadão. E que dizer dos juízos dos estrangeiros sobre o governo prussiano! Reina uma unanimidade aterradora, já ninguém se deixa enganar por este sistema e a sua natureza simplória. Assim, a nova escola serviu apesar de tudo para qualquer coisa. O traje de cerimónia do liberalismo caiu, e o mais repugnante despotismo ergue-se em toda a sua nudez à vista do mundo inteiro.

E isto também é uma revelação, ainda que em sentido inverso. É uma verdade que nos ensina, em todo o caso, a conhecer o vazio do nosso patriotismo, a deformidade do nosso Estado, e a tapar a cara. Você olha-me sorrindo e diz: grande coisa! Não é por vergonha que se faz uma revolução. Eu respondo: a vergonha já é uma revolução; ela é verdadeiramente a vitória da Revolução Francesa sobre o patriotismo alemão que a derrotou em 1813. A vergonha é uma espécie de cólera, a cólera virada para dentro. E se toda uma nação tivesse vergonha suficiente, seria como o leão que se encolhe sobre si próprio pronto

para saltar. Mesmo a vergonha, admito-o, não existe ainda na Alemanha; pelo contrário, estes miseráveis continuam a ser patriotas. Mas que sistema poderia exorcizar o seu patriotismo a não ser este sistema ridículo do novo cavaleiro [Frederico Guilherme IV]? A comédia do despotismo que se representa conosco é tão perigosa para ele quanto o foi antigamente a tragédia do despotismo para os Stuarts e os Bourbons. E quando persistirmos, ainda durante muito tempo, a não ver que se trata de uma comédia, a comédia já será uma revolução. O Estado é coisa demasiada séria para que se faça dele uma arlequinada. Certamente que se poderia, durante bastante tempo, abandonar ao sabor do vento um barco recheado de loucos; vogaria no entanto até ao seu destino justamente porque os loucos não acreditariam. Este destino é a revolução que nos espera.

Março de 1843

### O trabalho em geral

O trabalho parece ser uma categoria muito simples; e a ideia de trabalho nessa universalidade – como trabalho em geral – é muito antiga. No entanto, tomando esta sua simplicidade do ponto de vista económico, o “trabalho” é uma categoria tão moderna como as relações que originam esta abstração simples. O sistema monetário, por exemplo, de forma perfeitamente objetiva situava ainda a riqueza no dinheiro, considerando-a como algo de exterior. Relativamente a isto, operou-se um grande progresso quando o sistema

manufatureiro ou comercial passou a situar a fonte de riqueza, não no objeto, mas na atividade subjetiva – o trabalho, manufatureiro ou comercial – embora continuasse a conceber esta atividade apenas sob a forma limitada de produtora de dinheiro. Com relação a este sistema, o dos fisiocratas situa a fonte de riqueza numa forma determinada de trabalho – a agricultura; além disso, concebia o objeto não sob a forma disfarçada do dinheiro, mas como produto enquanto tal, como resultado geral do trabalho. Mesmo assim, dado o caráter limitado da atividade, este produto continua a ser um produto determinado pela natureza – produto da agricultura, produto da terra *par excellence*.

Progrediu-se imenso quando Adam Smith rejeitou toda e qualquer especificação da atividade criadora de riqueza, considerando-a como trabalho puro e simples, isto é, nem trabalho manufatureiro, nem trabalho comercial, nem trabalho agrícola, mas qualquer deles, no seu caráter comum; a esta generalidade abstrata da atividade criadora de riqueza corresponde a generalidade do objeto na determinação de riqueza – produto em geral, quer dizer trabalho em geral, embora enquanto trabalho passado, objetivado num objeto. A dificuldade e a importância desta transição para a nova conceção está patente no facto de o próprio Adam Smith, aqui e ali, pender para o sistema fisiocrático.

Poderia agora parecer que se encontrou muito simplesmente a expressão abstrata da mais antiga e mais simples relação que, enquanto produtores, os homens estabeleceram entre si – e isto

independentemente da forma da sociedade. Isto é verdadeiro num sentido, e falso noutra. Com efeito, a indiferença em relação a toda a forma particular de trabalho pressupõe a existência de um conjunto muito diversificado de géneros reais de trabalho, nenhum dos quais predomina sobre os outros. Assim, as abstrações mais gerais apenas podem surgir quando surge o desenvolvimento concreto mais rico, quando um elemento aparece como o que é comum a muitos, como comum a todos. Então, já não pode ser pensado apenas como forma particular. Por outro lado, esta abstração do trabalho em geral não é apenas o resultado intelectual de um todo concreto de trabalhos: a indiferença em relação a uma forma determinada de trabalho corresponde a uma forma de sociedade na qual os indivíduos passam facilmente de um trabalho para outro, sendo para eles fortuito – e portanto indiferente – o género determinado do trabalho. Nestas condições, o trabalho transformou-se – não só como categoria, mas na própria realidade – num meio de produzir riqueza em geral e, enquanto determinação, já não está adstrito ao indivíduo como sua particularidade. Este estado de coisas atingiu o seu mais alto grau de desenvolvimento na forma mais moderna das sociedades burguesas – os Estados Unidos; consequentemente, só nos Estados Unidos a categoria abstrata “trabalho”, “trabalho em geral”, trabalho *sans phrase* – ponto de partida da economia moderna – se tornou uma verdade prática. Deste modo, a abstração mais simples – que a economia moderna põe em primeiro

plano, como expressão de uma relação antiqüíssima e válida para todas as formas de sociedade – só vem a aparecer como verdade prática – e com este grau de abstração – enquanto categoria da sociedade mais moderna.

Poder-se-ia dizer que a indiferença em relação a toda a forma determinada de trabalho, que nos Estados Unidos é um produto histórico, se manifesta entre os russos, por exemplo, como uma disposição natural. Contudo, há uma diferença considerável entre bárbaros aptos para qualquer trabalho e civilizados que por si próprios se dedicam a tudo; além disso, esta indiferença em relação a qualquer forma determinada de trabalho corresponde na prática, entre os russos, à sua sujeição tradicional a um trabalho bem determinado, a que só podem arrancá-los influências exteriores.

Este exemplo do trabalho mostra com clareza que as categorias mais abstratas, embora sejam válidas para todas as épocas (devido à sua natureza abstrata, precisamente), são também – no que a sua abstração tem de determinado – o produto de condições históricas e só são plenamente válidas para estas condições e dentro dos seus limites.

A sociedade burguesa é a mais complexa e desenvolvida organização histórica da produção. As categorias que exprimem as relações desta sociedade, e que permitem compreender a sua estrutura, permitem-nos ao mesmo tempo entender a estrutura e as relações de produção das sociedades desaparecidas, sobre cujos destroços e elementos ela se ergueu, cujos vestígios ainda não

superados continua a arrastar consigo, ao mesmo tempo que desenvolve em si a significação plena de alguns indícios prévios, etc. A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco. Os sinais que anunciam uma forma superior nas espécies animais inferiores só podem ser compreendidos quando a própria forma superior é já conhecida.

*Introdução à Crítica da Economia Política* (1857). Disponível em [www.marxists.org/portugues/marx/1859/contcritconpoli/index.htm](http://www.marxists.org/portugues/marx/1859/contcritconpoli/index.htm)

### **De O Capital**

Enquanto valores de uso, as mercadorias são, sobretudo, de qualidade diferente; enquanto valores de troca só podem ser de quantidade diferente, e não contêm, portanto, um só átomo de valor de uso. Se abstrairmos do valor de uso das mercadorias, resta-lhes uma única propriedade: a de serem produto do trabalho. Mas, mesmo neste caso, o próprio produto do trabalho está metamorfoseado sem o sabermos. Se abstrairmos do seu valor de uso, abstraímos também de todos os elementos corporais e formais que lhe conferem esse valor. Já não é mesa, casa, fio, ou qualquer outro objeto útil. Todas as suas características sensíveis são apagadas. Já não é também o produto do trabalho do marceneiro, do pedreiro, de qualquer trabalho produtivo determinado. Juntamente com as características úteis dos produtos do trabalho, desaparecem as dos trabalhos contidos nesses produtos, e as diversas formas concretas destes trabalhos, que deixam de se dis-

tinguir umas das outras e se confundem todas, reduzindo-se ao mesmo trabalho humano, a trabalho humano abstrato. Consideremos agora o resíduo dos produtos do trabalho. Neles subsiste apenas esta mesma realidade fantasmática, uma simples geleia de trabalho humano indiferenciado, quer dizer, de força de trabalho humano, indiferente à forma na qual é despendida. Tudo o que é ainda visível nestas coisas é que para as produzir foi despendida força de trabalho humano, acumulado de trabalho humano. É enquanto cristalizações desta substância social, que lhes é comum, que elas são valores: valores mercantis.

### **Capítulo I – A Mercadoria**

Conhecemos agora a maneira de determinar o valor que o possuidor de dinheiro paga ao possuidor desta mercadoria peculiar que é a força de trabalho. O valor de uso que o primeiro por seu lado recebe na troca apenas se mostra no uso real, no processo de consumo da força de trabalho. Todas as coisas precisas para este processo, tais como matérias-primas, etc., compra-as o possuidor de dinheiro no mercado a preço inteiro. O processo de consumo da força de trabalho é simultaneamente o processo de produção de mercadoria e de mais-valia. O consumo da força de trabalho, como o consumo de qualquer outra mercadoria, realiza-se fora do mercado ou da esfera de circulação. Deixamos, pois, esta esfera ruidosa, que mora à superfície e é acessível a todos os olhares, juntamente com o possuidor de dinheiro e o possuidor da força de

trabalho, para seguirmos ambos até ao antro secreto da produção, em cuja entrada se pode ler: *No admittance except on business*. Aqui ver-se-á não apenas como o capital produz, mas também como se produz ele próprio, o capital. O segredo destes “fazedores de mais” tem de ser finalmente revelado.

A esfera da circulação ou da troca de mercadorias, dentro de cujos limites se move a compra e venda da força de trabalho, era na realidade um verdadeiro Éden dos direitos humanos inatos. O que aí impera somente é Liberdade, Igualdade, Propriedade e Bentham. Liberdade! Pois o comprador e o vendedor de uma mercadoria, por exemplo da força de trabalho, são apenas determinados pelo seu livre arbítrio. Fazem contrato enquanto pessoas livres, com paridade de direitos. O contrato é o resultado final pelo qual as suas vontades dão uma à outra a sua expressão jurídica comum. Igualdade! Pois eles apenas se relacionam entre si como possuidores de mercadorias e trocam equivalente por equivalente. Propriedade! Pois cada um dispõe apenas do que é seu. Bentham! Pois cada um deles só se preocupa consigo. O único poder que os junta e põe em relação é o do seu egoísmo, da sua vantagem particular, dos seus interesses privados. E exatamente porque cada um apenas se volta para si e nenhum para o outro, todos realizam apenas a obra da sua vantagem recíproca, do proveito comum, do interesse de todos, em consequência de uma harmonia preestabelecida das coisas ou sob os auspícios de uma providência toda-manhosa.

Ao despedirmo-nos desta esfera da circulação simples ou da troca de mercadorias, à qual o livre-cambista *vulgaris* vai buscar conceções, noções e normas para o seu juízo sobre a sociedade do capital e do trabalho assalariado, parece que a fisionomia das nossas *dramatis personae* se transforma já um pouco. O antigo possuidor de dinheiro marcha à frente no papel de capitalista, o possuidor de força de trabalho segue-o no de seu operário; um tem nos lábios o sorriso das pessoas importantes e arde de zelo pelo negócio, o outro temeroso, renitente, como alguém que levou a sua própria pele ao mercado e agora nada mais tem a esperar... senão ser esfolado.

Capítulo IV – Transformação do dinheiro em capital

#### Próximo espetáculo

## Lencastre, Prochazka, Cabaud

Ciclo “Jazz +351”  
Comissário: Pedro Costa

**Jazz Seg 23 de junho**  
Pequeno Auditório · 21h30 · Dur. 1h · M3



Lencastre, Prochazka e Cabaud prometem quebrar barreiras estéticas entre o jazz clássico e a música dita improvisada. Mais do que um manifesto é antes um ato genuíno abatendo preconceitos e aceitando que a música é uma só.

#### Próximo espetáculo de teatro

## Testament

**Testamento** Preparações tardias para uma nova geração a partir de ‘Lear’ de She She Pop e os seus Pais  
Integrado no Festival de Almada

**Teatro Sáb 5, dom 6 de julho**  
Gr. Auditório · 21h30 (dom 17h) · Dur. 2h  
M12 · Em alemão, legendas em português



© Doro Tuch

Baseando-se no *Rei Lear* de Shakespeare, as She She Pop convidaram os seus pais a juntarem-se-lhes em cena. Tudo é moeda de troca neste confronto público, e o teatro é a mesa das negociações para um processo utópico: um compromisso entre as gerações.

Mais informações em [www.culturgest.pt](http://www.culturgest.pt)

## Conselho de Administração

### Presidente

Álvaro do Nascimento

### Administradores

Miguel Lobo Antunes

Margarida Ferraz

### Assessores

#### Dança

Gil Mendo

#### Teatro

Francisco Frazão

#### Arte Contemporânea

Miguel Wandschneider

#### Serviço Educativo

Raquel dos Santos Arada

Pietra Fraga

Alice Neiva

Estagiária:

Teresa Vaz

#### Direção de Produção

Margarida Mota

#### Produção e Secretariado

Patrícia Blázquez

Mariana Cardoso

de Lemos

Jorge Epifânio

#### Exposições

#### Coordenação de Produção

Mário Valente

#### Produção

António Sequeira Lopes

Paula Tavares dos Santos

Fernando Teixeira

#### Culturgest Porto

Susana Sameiro

## Comunicação

Filipe Folhadela Moreira

Estagiária:

Mariana Cunha

#### Publicações

Marta Cardoso

Rosário Sousa Machado

#### Atividades Comerciais

Catarina Carmona

Patrícia Blazquez

#### Serviços Administrativos e Financeiros

Cristina Ribeiro

Paulo Silva

Teresa Figueiredo

#### Direção Técnica

Paulo Prata Ramos

#### Direção de Cena e Luzes

Horácio Fernandes

#### Assistente de Direção Cenotécnica

José Manuel Rodrigues

#### Audiovisuais

Américo Firmino

(coordenador)

Paulo Abrantes

Ricardo Guerreiro

Suse Fernandes

#### Iluminação de Cena

Fernando Ricardo (chefe)

Vítor Pinto

#### Maquinaria de Cena

Nuno Alves (chefe)

Artur Brandão

## Técnico Auxiliar

Vasco Branco

## Frente de Casa

Rute Sousa

## Bilheteira

Manuela Fialho

Edgar Andrade

Clara Troni

## Receção

Sofia Fernandes

Ana Luísa Jacinto

## Auxiliar Administrativo

Nuno Cunha

## Coleção da Caixa Geral de Depósitos

Isabel Corte-Real

Inês Costa Dias

Maria Manuel Conceição

Edifício Sede da CGD

Rua Arco do Cego, 1000-300 Lisboa, Piso 1

Tel: 21 790 51 55 · Fax: 21 848 39 03

culturgest@cgd.pt · www.culturgest.pt

---

## Culturgest, uma casa do mundo

---

**A L K** ALKANTARA  
**A N T** FESTIVAL  
**A R A** 13<sup>o</sup> Festival Internacional  
de Artes Performativas